

**AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.285.802 - SP (2018/0099469-1)**

**RELATOR** : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**  
**AGRAVANTE** : FUNDAÇÃO CESP  
**ADVOGADOS** : ANA PAULA ORIOLA DE RAEFFRAY - SP110621  
FRANCO MAURO RUSSO BRUGIONI E OUTRO(S) - SP173624  
**AGRAVADO** : SANCHÓ SIECOLA  
**ADVOGADOS** : MARCELO GAINO COSTA E OUTRO(S) - SP189302  
CAIO GONÇALVES DE SOUZA FILHO - SP191681

**DECISÃO**

Trata-se de agravo (CPC/2015, art. 1.042) interposto contra decisão que não admitiu o recurso especial sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 969/971): (a) inexistência de ofensa ao art. 1.022, II, do CPC/2015 (art. 535 do CPC/1973), (b) aplicação da Súmula n. 7/STJ e (c) deficiência na demonstração do dissídio interpretativo.

O acórdão recorrido possui a seguinte ementa (e-STJ fls. 672/673):

Apelação. Previdência Privada Complementar.

1. Patente a legitimidade passiva "ad causam" da apelante, pois a relação jurídica de direito material envolve apenas o autor e a Fundação CESP, sendo que esta exerce a função de arrecadação, administração e gestão dos recursos, não podendo ser considerada mera intermediária. Os documentos que instruem a Inicial demonstram a efetivação dos descontos em favor da Fundação CESP. Assim, forçoso reconhecer que a recorrente é a única legitimada para figurar no polo passivo da presente ação, restando impossibilitada a integração à lide da CTEEP e da Fazenda do Estado de São Paulo.

2. Nas relações jurídicas de trato sucessivo, a prescrição não recai sobre o fundo de direito, mas apenas em relação às prestações vencidas antes do prazo legal anterior à propositura da ação. Inaplicabilidade da prescrição quinquenal prevista nas Súmulas 291 e 427, do STJ, no art. 75 da Lei 109/2001 e no Decreto nº 20.910/32. Precedente do STJ.

3. O art. 177 do Código Civil de 1916 estabelecia o prazo vintenário para a ação pessoal com pedido de devolução de valores indevidamente descontados, ao passo que o art. 205, do Código Civil de 2002 prevê o prazo decenal, como regra geral, para a mesma hipótese. No caso concreto, tendo em vista que a ação foi proposta aos 05/03/2012, tem-se que todas as prestações regidas pelo CC/16 já se encontram prescritas. Ademais, diante da regra de transição contida no artigo 2.028 do Código Civil de 2002, também se encontram prescritas as parcelas anteriores a 05/03/2002.

4. A Fundação CESP continuou a descontar as contribuições a que não estava mais obrigada, como uma verdadeira entidade fechada de previdência complementar criada nos interesses do autor, mas sem que houvesse qualquer contraprestação a ele.

5. De rigor a determinação de cessação dos descontos e restituição dos valores já descontados, observada a prescrição parcial aqui reconhecida, não havendo que se falar em violação aos artigos 14 e 18, § 1º, da Lei Complementar nº 109/01. Precedentes do TJSP.

Recurso parcialmente provido.

Os embargos declaratórios foram rejeitados (e-STJ fls. 741/747).

No especial (e-STJ fls. 750/782), interposto com base no art. 105, III, "a" e "c",

da CF, a recorrente apontou dissídio jurisprudencial e violação dos arts. 338, 485, VI, 489, § 1º, III e IV, e 1.022, II, do CPC/2015, 206, § 3º, 884 e 885 do CC/2002 e 14 e 18 da LC n. 109/2001.

Sustentou: (i) negativa de prestação jurisdicional, (ii) ilegitimidade passiva, (iii) impossibilidade de devolução dos valores pleiteados e (iv) enriquecimento ilícito.

Alegou ainda dissídio interpretativo quanto ao prazo prescricional, sustentando ser aplicável a prescrição trienal.

No agravo (e-STJ fls. 974/998), afirma a presença de todos os requisitos de admissibilidade do especial.

Não foi apresentada contraminuta (e-STJ fl. 1.005).

É o relatório.

Decido.

Não há falar em contrariedade aos arts. 489 e 1.022 do CPC/2015, pois o Tribunal *a quo* pronunciou-se, de forma clara e suficiente, acerca das questões suscitadas nos autos. Ao contrário, verifica-se a mera pretensão de reexame do mérito do recurso, o qual foi exaustivamente analisado, circunstância que, de plano, torna imprópria a invocação dos referidos dispositivos.

O alegado cerceamento de defesa foi arguido somente nas razões dos embargos de declaração opostos na origem.

A ausência de manifestação acerca de matéria abordada apenas em embargos de declaração não configura violação do art. 1.022, II, do CPC/2015 (art. 535, II, do CPC/1973), consoante se infere dos julgados desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. VIOLAÇÃO DO ART. 535 DO CPC/73. AUSÊNCIA DE OBSCURIDADE, OMISSÃO OU CONTRADIÇÃO. PÓS-QUESTIONAMENTO DA MATÉRIA VENTILADA. REEXAME DE MATÉRIA PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE. SÚMULA 7/STJ. AGRAVO NÃO PROVIDO.

1. Não há falar em violação do art. 535 do Código de Processo Civil/73 pois o Tribunal de origem dirimiu as questões pertinentes ao litígio - tal como lhe foram postas e submetidas -, apresentando todos os fundamentos jurídicos pertinentes, à formação do juízo cognitivo proferido na espécie.

2. A pretensão de ver analisados argumentos não veiculados anteriormente, mas trazidos somente com a oposição de embargos de declaração, não configura prequestionamento, e sim pós-questionamento. Por essa razão, a ausência de manifestação do Tribunal sobre a questão não implica violação ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil. Incidência da Súmula 211/STJ.

[...]

4. Agravo interno não provido.

(AgInt no AREsp n. 942.166/RS, Relator Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA

TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017.)

PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO E DIREITO DO CONSUMIDOR. CANCELAMENTO DE VOOS. DIREITO DE INFORMAÇÃO DO CONSUMIDOR. ALEGAÇÃO DE OMISSÕES E CONTRADIÇÃO NO ACÓRDÃO. INEXISTÊNCIA.

I - A tese suscitada pela parte recorrente a respeito da distinção entre consumidor e usuário do serviço foi deduzida somente em embargos de declaração, não tendo sido objeto de recurso em momento oportuno, caracterizando, por isso, intolerável inovação recursal, mesmo que invocada a título de prequestionamento. Além disso, revela pretensão de alterar o resultado da decisão.

II - Não cabe ao Superior Tribunal de Justiça, nem mesmo com fim de prequestionamento, em embargos de declaração, analisar violação de dispositivos constitucionais, sob pena de usurpar a competência constitucional do STF.

III - A análise das razões recursais revela a pretensão da parte em alterar o resultado da decisão, o que é inviável nesta seara recursal.

IV - Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no REsp n. 1.469.087/AC, Relator Ministro FRANCISCO FALCÃO, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/3/2017, DJe 16/3/2017.)

A Corte de origem afastou a alegação de ilegitimidade passiva sob os seguintes fundamentos (e-STJ fls. 675/676):

Inicialmente, rejeito a preliminar de ilegitimidade passiva "ad causam" da Fundação CESP, pois restou demonstrado que a relação jurídica existente entre o autor e ela possui natureza previdenciária.

Com efeito, a Fundação CESP é quem administra os recursos que lhe são repassados pela Companhia de Transmissão de Energia Elétrica Paulista (CTEEP), vale dizer, quem efetua o pagamento dos proventos de aposentadoria de seus beneficiários, realizando os descontos questionados através da presente ação.

Assim, não restam dúvidas de que a relação jurídica de direito material envolve apenas o autor e a Fundação CESP, na medida em que esta exerce a função de arrecadação, administração e gestão dos recursos, não podendo ser considerada mera intermediária.

O vínculo jurídico existente entre o autor e a referida entidade de previdência privada é reforçado pelos documentos que instruem a Inicial (fls. 30/151), os quais demonstram a efetivação dos descontos em favor da Fundação CESP.

Vale mencionar, ainda, que o requerente não possui relação jurídica de natureza previdenciária com a CTEEP (antiga CESP - Centrais Elétricas de São Paulo), mas mero vínculo empregatício.

Ademais, cumpre destacar que apesar de a Fazenda do Estado de São Paulo ter a obrigação de pagar a complementação de aposentadoria instituída pela Lei nº 4.819/58, é certo que a Fundação CESP era quem vinha realizando o desconto das contribuições previdenciárias.

Assim, forçoso reconhecer que a Fundação CESP é a única legitimada para figurar no polo passivo desta ação, que objetiva a cessação do desconto das contribuições previdenciárias e a restituição dos valores indevidamente descontados, restando impossibilitada a integração à lide da CTEEP e da Fazenda do Estado de São Paulo.

Rever esse entendimento demandaria o reexame do conjunto fático-probatório dos autos, providência não admitida no âmbito desta Corte, a teor da Súmula n. 7/STJ.

Todavia, assiste razão à recorrente quanto ao prazo prescricional. Esta Corte possui jurisprudência firmada de que "A prescrição da pretensão de devolução de parcelas

descontadas indevidamente dos vencimentos dos beneficiários de contrato de previdência privada é de 3 (três) anos, estabelecida no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, por se tratar de ressarcimento de enriquecimento sem causa" (AgInt no AREsp n. 1.322.956/SP, Relator Ministro RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/12/2018, DJe 1º/2/2019).

Nesse sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. IMPUGNAÇÃO DA DECISÃO AGRAVADA. FUNDAMENTO NÃO IMPUGNADO. SÚMULA 182. INCIDÊNCIA. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DESCONTADAS INDEVIDAMENTE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. CÓDIGO CIVIL. REGRA DE TRANSIÇÃO.

1. Não merece conhecimento o agravo que não impugna, especificamente, todos os fundamentos da decisão denegatória de seguimento ao recurso especial.

2. A prescrição da pretensão de devolução de parcelas descontadas indevidamente dos vencimentos dos beneficiários de contrato de previdência privada é de vinte anos, prevista no art. 177 do CC/1916, e de 3 anos, estabelecida no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a regra de transição do art. 2.028 do mesmo diploma legal, por se tratar de ressarcimento de enriquecimento sem causa.

3. Agravo interno no agravo em recurso especial não provido.

(AgInt no REsp n. 1.683.128/SP, Relatora Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 16/9/2019, DJe 18/9/2019.)

AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. PREVIDÊNCIA PRIVADA. RESTITUIÇÃO DE CONTRIBUIÇÕES DESCONTADAS INDEVIDAMENTE. PRESCRIÇÃO VINTENÁRIA E TRIENAL. PRETENSÃO DE RESSARCIMENTO DE ENRIQUECIMENTO ILÍCITO. CÓDIGO CIVIL. REGRA DE TRANSIÇÃO. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. A prescrição da pretensão de devolução de parcelas descontadas indevidamente dos vencimentos dos beneficiários de contrato de previdência privada é de vinte anos, prevista no art. 177 do CC/1916, e de três anos, estabelecida no art. 206, § 3º, IV, do Código Civil de 2002, observada a regra de transição do art. 2.028 do mesmo diploma legal, por se tratar de ressarcimento de enriquecimento sem causa. Precedentes.

2. Agravo interno a que se nega provimento.

(AgInt no REsp n. 1.705.789/SP, Relator Ministro LÁZARO GUIMARÃES (DESEMBARGADOR CONVOCADO DO TRF 5ª REGIÃO), QUARTA TURMA, julgado em 14/8/2018, DJe 22/8/2018.)

No caso, conforme consta do acórdão recorrido, o autor passou a receber a aposentadoria por tempo de serviço em 4/12/1995 (e-STJ fl. 680). Dessa forma, para os descontos indevidos em folha de pagamento, deve-se aplicar o prazo trienal previsto no art. 206, § 3º, IV, do CC/2002.

Por se tratar de prestação de trato sucessivo, a prescrição atinge apenas as prestações vencidas antes do prazo legal anterior à propositura da ação (5/3/2012 – e-STJ fl. 2).

A Corte de origem determinou a devolução dos valores considerando indevida a cobrança pelos seguintes fundamentos (e-STJ fls. 681/682):

Conforme se observa dos autos, o autor foi admitido na Companhia Energética de São Paulo S/A - CESP em 01/06/1973 (fls. 16), ou seja, antes do mês de maio de 1974.

O estatuto social da Fundação CESP demonstra que ela foi instituída em 10/03/1969 como entidade fechada de previdência privada multipatrocinada, com finalidade de administrar planos de benefícios de natureza previdenciária, acessíveis aos participantes, beneficiários e assistidos (fls. 155/163).

A propósito, imperioso consignar que o artigo 52, das Disposições Transitórias do Estatuto Social, estabelece que a Fundação CESP "processa e operacionaliza a folha de pagamentos dos benefícios de complementação de aposentadoria e pensão previstos na Lei Estadual nº 4.819, de 26 de agosto de 1958" (fl. 266), evidenciando que ela faz gerência sobre a operação, com repasse total necessário, mensalmente, de verbas por parte da Fazenda do Estado de São Paulo, tal como prevê o § 1º do mesmo dispositivo.

A Lei Estadual Paulista nº 4.819/58 criou o "Fundo de Assistência Social do Estado de São Paulo", que é custeado pelo Estado, com benefícios dos servidores públicos da Administração Direta, que são estendidos aos servidores da Administração Indireta.

A Lei Estadual Paulista de nº 200/74, vigente desde 13/05/1974, revogou expressamente a Lei nº 4.819/58, mas ressalvou o direito dos beneficiários e empregados cuja admissão tinha se dado até data de vigência desta nova lei, como é o caso do Sr. Sancho Siecola, quanto à concessão de complementação de aposentadorias e pensões, conforme se depreende do art. 1º, parágrafo único, da Lei nº 200/1974.

O Decreto Estadual nº 10.630, de 27/10/1977, criou o "Plano A" dirigido exclusivamente aos beneficiários da Lei nº 4.819/58 cujo direito foi ressalvado pela Lei nº 200/74, mas com a diferença de existir um regime de custeio específico com contribuições dos beneficiários, com a contrapartida de composição de um fundo para o plano, com fontes de custeio da patrocinadora CESP, participantes e assistidos e do Estado de São Paulo.

A adesão ao "Plano A" foi facultada aos funcionários, ficando estipulado que, na hipótese de não adesão, o vínculo do empregado seria direto com Estado, sem o ônus de qualquer contraprestação de custeio, com a ressalva de que, nesse caso, ficaria sem a garantia de um fundo monetário que fornecesse lastro ao seu futuro benefício.

Nesse ponto, insta frisar que o autor contribuiu por meio de desconto em folha de pagamento, diferentemente dos demais empregados que não fizeram a opção e preferiram a vinculação com o Estado de São Paulo.

Em 1984, o "Plano A" foi substituído pelo "Plano 4819", que adotou regime de custeio semelhante ao plano anterior.

Finalmente, em 1999, houve a privatização da CESP, tendo a CTEEP assumido a responsabilidade pelas obrigações do plano de previdência, ocasião em que a Fundação CESP tentou se desvincular dos aposentados que aderiram ao "Plano A" ou ao "Plano 4819", informando-lhes que o encargo financeiro na prestação dos benefícios previdenciários passou a ser exclusivo do erário estadual.

Não obstante, a Fundação CESP continuou a descontar as contribuições a que não estava mais obrigada, como uma verdadeira entidade fechada de previdência complementar criada nos interesses dos autores, mas sem que houvesse qualquer contraprestação a eles, o que caracteriza evidente enriquecimento sem causa.

Assim sendo, de rigor a determinação de cessação dos descontos ilegalmente realizados, bem como a restituição dos valores já descontados, tal como determinado pelo juízo a quo, não havendo que se falar em violação aos artigos 14 e 18, §1º, ambos da Lei Complementar nº 109/01.

Dissentir de tal entendimento é inviável no âmbito desta Corte, haja vista o teor das Súmulas n. 5 e 7 do STJ.

Por fim, o conhecimento do recurso especial pela alínea "c" do permissivo constitucional exige a indicação do dispositivo legal ao qual foi atribuída interpretação divergente

e a demonstração dessa divergência mediante a verificação das circunstâncias que assemelhem ou identifiquem os casos confrontados (art. 541, parágrafo único, do CPC/1973) (art. 1.029, § 1º, do CPC/2015). No presente caso, não foi realizado o indispensável cotejo analítico entre os julgados, sendo insuficiente a mera transcrição de ementas para configuração do dissídio.

Diante do exposto, CONHEÇO do agravo e DOU PARCIAL PROVIMENTO ao recurso especial a fim de reconhecer a aplicação do prazo prescricional trienal, limitando a restituição das contribuições indevidamente descontadas nos últimos 3 (três) anos anteriores ao ajuizamento da propositura da ação.

Configurada a sucumbência recíproca (art. 86 do CPC/2015), as custas e o valor total dos honorários advocatícios deverão ser suportados na proporção do decaimento das partes, apurando-se os respectivos valores em liquidação.

Deferida a gratuidade da justiça na instância de origem, deve ser observada a regra do § 3º do art. 98 do CPC/2015.

Publique-se e intemem-se.

Brasília-DF, 27 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator